

Emenda Maurílio abre possibilidade para um acordo PMDB-PFL sobre a soberania

O PMDB e o PFL caminhavam ontem, rapidamente, para um acordo em torno do Regimento Interno do Congresso constituinte. A base dos entendimentos era a emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que limita a fatos ou situações concretas a possibilidade de a Constituinte suspender a vigência de artigos da atual Constituição.

Os líderes dos dois partidos evitaram ontem mostrar o acordo como um fato consumado. Apesar disso, Maurílio reuniu os jornalistas no gabinete da liderança do PMDB, às 16h, para afirmar que o deputado Ulysses Guimarães, presidente do partido, da Câmara e da Constituinte, lhe comunicara que a emenda estava sendo a base do acordo. Segundo Maurílio, Ulysses também lhe pediu que ficasse em Brasília durante o Carnaval.

Ao suspender a sessão de ontem da Constituinte, por falta de quórum, Ulysses informou que os trabalhos entravam em recesso até o dia 9 de março. Segundo ele, contudo, o Regimento só voltará a debate no dia seguinte, quando, espera, seja votado imediatamente. No começo da noite, ao receber a imprensa em seu gabinete, o presidente da Constituinte disse que esperava sair de Brasília amanhã, depois da instalação do Congresso Nacional, "com ao menos um pré-acordo" sobre o Regimento.

Também o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, que comandou a oposição intransigente dos conserva-

dores ao substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso, disse ontem que via "com muita simpatia" a emenda de Maurílio e confirmou que ela era a base do entendimento.

Só o líder do PMDB, Luiz Henrique, ainda se mantinha reticente. Na quinta-feira, ele prometera retaliações contra o PFL, garantindo que o PMDB tinha número suficiente de votos para aprovar o Regimento, com o apoio dos partidos de esquerda e sem o PFL. Ontem, ele dizia que os entendimentos eram ainda embrionários.

A prudência dos líderes do PMDB e PFL tem sua explicação. A maioria dos constituintes está fora de Brasília desde quinta-feira. Assim, o deputado Antônio Britto (PMDB-RS) disse ontem que a maior dificuldade para um acordo estava em localizar os constituintes em seus Estados para informá-los das negociações. Britto disse, entretanto, que o acordo foi discutido na noite de quinta-feira por deputados baianos que ainda se encontravam em Brasília. Ele encerrou a conversa dizendo que ia para casa "para começar a se utilizar do DDD".

Aos jornalistas, Maurílio Ferreira Lima afirmou que, em audiência na manhã de quinta-feira, o presidente Sarney lhe dissera que os "projetos de decisão" previstos no substitutivo de Cardoso criavam "problemas políticos" para o governo por serem "ambíguos". Segundo seu próprio relato, Maurílio disse ao presidente

Emenda restringe poder e soberania

Pela emenda de Maurílio Ferreira Lima, o Congresso constituinte só poderá tomar decisões que extrapolem seu papel de redigir a Constituição como reação diante de fatos ou ameaças concretas ao seu funcionamento. O projeto de Fernando Henrique Cardoso é mais amplo. Apesar de a abertura do substitutivo afirmar o mesmo que a emenda do deputado pernambucano, cria no parágrafo 7º do artigo 57 o "projeto de decisão", para aprovar "matérias de relevância".

O Planalto teme que os constituintes se aproveitem disso para reduzir o mandato de Sarney. O PFL tentou mudar e até suprimir este parágrafo. Não houve acordo e o PMDB não conseguiu aprová-lo só com a ajuda da esquerda. Daí o recuo peemedebista, que pode levar o Congresso constituinte a ter seus poderes ainda mais limitados.

que o acordo em torno desses projetos fora acertado pelo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, ao que Sarney nada respondera.